



CURSO PÓS-GRADUADO EM DIREITO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Direito Internacional e Europeu, Direito nacional e Concorrência

Coordenadores gerais: Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira e
Professora Doutora Maria João Estorninho

Coordenadores: Professor Doutor Nuno Cunha Rodrigues e Professora Doutora
Ana Gouveia Martins

De 12 de Outubro de 2021 a 13 Janeiro de 2022

I Módulo

Direito Internacional e Direito da União Europeia

12 de outubro

1.ª sessão

Apresentação do curso

Nuno Cunha Rodrigues

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Ana Gouveia Martins

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

2.ª sessão

Contratação Pública e organizações internacionais (MDB - Multilateral Development Banks)

João de Almeida

Consultor do Banco Mundial

14 de outubro

3.ª sessão

A Organização Mundial do Comércio e a contratação pública

Pedro Infante Mota

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

4.ª sessão

O Acordo sobre Contratos Públicos

Pedro Infante Mota

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa



19 de outubro

5.ª sessão

Direito da União Europeia e aplicação das regras relativas à contratação pública

Maria Luísa Duarte

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

6.ª sessão

Direito da União Europeia originário e contratação pública. Em especial os princípios da concorrência, da publicidade e da transparência, da igualdade de tratamento e da não-discriminação

Claúdia Viana

Professora da Escola de Direito da Universidade do Minho

21 de outubro

7.ª sessão

Acordos comerciais preferenciais e contratação pública. O acesso de países terceiros à contratação pública na União Europeia e políticas de reciprocidade

Renato Gonçalves

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

II Módulo Direito Administrativo dos Contratos Públicos

8.ª sessão

Âmbito aplicativo do regime da contratação pública:

- a) As “entidades adjudicantes”: três categorias de entidades adjudicantes para três níveis de intensidade dos regimes de contratação pública aplicáveis**
- b) Os contratos abrangidos: “contratos públicos”, identificados a partir do interesse concorrencial das respetivas prestações**
- c) Os contratos excluídos da Parte II do CCP: artigos 4.º, 5.º, e (em parte) 6.º-A.**
- d) O regime da “contratação excluída” do artigo 5.º-B.**

Pedro Sánchez

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Advogado na Sérvulo & Associados

26 de outubro

9.ª sessão

A contratação excluída (cont.) –As exclusões relacionadas com a contratação interadministrativa (em particular, a contratação *in-house* e a cooperação entre entidades públicas)

Mark Bobela-Mota Kirkby

Mestre em Direito, Advogado na Sérvulo & Associados

10.ª sessão

A preparação dos procedimentos: o anúncio de pré-informação ou anúncio periódico indicativo, a consulta preliminar ao mercado, a decisão de contratar, as medidas tendentes a identificar e impedir os conflitos de interesses e o júri do procedimento, serviços da entidade adjudicante e peritos.

Miguel Assis Raimundo

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Advogado

28 de outubro

11.ª sessão

A decisão de adjudicação em lotes. A decisão de escolha do procedimento e os critérios de escolha: critérios relativos ao valor do contrato, breve referência aos critérios materiais (remissão) e outros critérios especiais. Em especial, a contratação de prestações do mesmo tipo em diferentes procedimentos e os contratos mistos.

Miguel Assis Raimundo

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Advogado

12.ª sessão

Peças do procedimento. Parâmetros base e aspectos da execução do contrato não submetidos à concorrência mediante a fixação de limites máximos e mínimos. O regime do preço base e do preço ou custo anormalmente baixo.

José Duarte Coimbra

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

2 de novembro

13.ª sessão

Regime dos esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais. Regime dos erros e omissões e responsabilidade do cocontratante. A sanção da nulidade do caderno de encargos do contrato de empreitada de obras públicas.

Marco Fernandes Caldeira

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Advogado na Vieira de Almeida e Associados

14.ª sessão

A candidatura e a proposta: aspetos materiais e formais. O documento europeu único de contratação pública. Catálogos eletrónicos. Impedimentos e causas de relevação dos impedimentos.

Jorge Pação

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa



4 de novembro

15. ^a sessão

Critério de adjudicação, fatores e subfatores de densificação e avaliação de propostas.

Luís Verde de Sousa

Mestre em Direito, Assistente na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e Advogado

16. ^a sessão

Causas de exclusão das propostas. Regime de esclarecimentos e suprimento de irregularidades das propostas e candidaturas: formalidades não essenciais e erros evidentes.

Pedro Sánchez

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Advogado na Sérvulo & Associados

9 de novembro

17. ^a sessão

A contratação estratégica e seus reflexos. A inclusão de critérios sociais na contratação pública. Contratos reservados e promoção da economia local.

Nuno Cunha Rodrigues

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

18. sessão

A contratação estratégica: a sustentabilidade ambiental.

Raquel Carvalho

Professora da Escola de Direito da Universidade católica do Porto

11 de novembro

19. ^a sessão

Notificação da adjudicação. Anúncio da adjudicação. Anúncio voluntário de transparência. Habilitação. Caução. Celebração do contrato.

Margarida Olazabal Cabral

Mestre em Direito, Advogada na Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados

20. ^a sessão

Decisão de não adjudicação. Caducidade da adjudicação.

Pedro Moniz Lopes

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

16 de novembro

21. ^a sessão

O procedimento de consulta prévia e o ajuste direto: critérios de escolha em função do valor do contrato e critérios materiais. Os critérios de escolha especiais em função do tipo de contrato e entidade adjudicante.

Marco Caldeira

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Jurista no Banco de Portugal

22. ^a sessão

O procedimento de consulta prévia e o ajuste direto: regime procedimental

Bernardo Azevedo

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Advogado na Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados

18 de novembro

23. ^a sessão

O concurso público: critérios de escolha e regime procedimental. A eventual fase de negociação e o concurso público urgente.

Jorge Pação

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

24. ^a sessão

O concurso limitado. Os modelos de avaliação da capacidade técnica e/ou financeira. O aproveitamento da capacidade de terceiros. Tramitação.

Ana Gouveia Martins

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

23 de novembro

25. ^a sessão

O procedimento de parceria para a inovação. Delimitação face ao procedimento de negociação e diálogo concorrencial e regime procedimental. Os contratos com forte componente de inovação. Procedimentos pré-contratuais de contratos públicos de serviços sociais e de outros serviços específicos

Domingos Soares Farinho

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Advogado

26. ^a sessão

Sistemas de aquisição dinâmicos. Acordos-quadro e compras vinculadas.

Cláudia Monge

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Advogada na BAS

25 de novembro

27. ^a sessão

As medidas especiais de contratação pública.

Pedro Gonçalves

Professor da Faculdade de Direito Da Universidade de Coimbra

Advogado na Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados

28. ^a sessão

A fiscalização das medidas especiais: o papel do Tribunal de Contas, nomeadamente em sede de fiscalização prévia e da Comissão Independente

Fernando Silva

Juiz-Conselheiro do Tribunal de Contas



30 de novembro

29.ª sessão

Âmbito de aplicação do regime substantivo da Parte III do CCP. A utilização do contrato administrativo. Poderes de conformação contratual.

Maria João Estorninho

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

30.ª sessão

O gestor do contrato.

Tiago Serrão

Assistente convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

2 de dezembro

31.ª sessão

Invalidade e ineficácia dos contratos públicos

Maria João Estorninho

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

32.ª sessão

A modificação objetiva dos contratos: regime geral

Ana Gouveia Martins

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

7 de dezembro

33.ª sessão

A modificação fundada na necessidade de trabalhos e prestações complementares

Licínio Lopes Martins

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

34.ª sessão

Cessão da posição contratual, subcontratação e outras formas de transmissão das obrigações contratuais

Mafalda Carmona

Professor da Faculdade de Direito de Lisboa

Advogada na Cuatrecasas Gonçalves Pereira & Associados

9 de dezembro

35.ª sessão

O regime dos contratos de concessão

Lino Torgal

Advogado na Garrigues

36.ª sessão

Cumprimento e Incumprimento dos contratos

Ana Gouveia Martins

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

14 de dezembro

37.ª sessão

Extinção dos contratos

José Luís Moreira da Silva

Mestre em Direito,

Advogado na SRS Advogados

38.ª sessão

Arbitragem, Regulação, governação e regime sancionatório da contratação pública

João Tiago Silveira

Professor da Faculdade de Direito de Lisboa

III módulo

Direito da União Europeia, Económico e Financeiro

16 de dezembro

39.ª sessão

Contratação pública no setor da defesa no Direito da União Europeia

Marco Capitão Ferreira

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

40.ª sessão

Contratação Pública e endividamento público

Guilherme W. d'Oliveira Martins

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa



4 de janeiro

41.ª sessão

A articulação entre a contratação pública e o direito da concorrência

Nuno Cunha Rodrigues

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

42.ª sessão

Decisão de contratar e decisão financeira

André Marçalo

Assistente convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

6 de janeiro

43.ª sessão

Conceito e enquadramento orçamental e contabilístico das Parcerias Público-Privadas e Parcerias Público-Públicas

Nazaré da Costa Cabral

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Presidente do Conselho de Finanças Públicas

44.ª sessão

Parcerias público-privadas: em particular a modificação e distribuição do risco nas Parcerias Público-Privadas

Pedro Melo

Mestre em Direito, Advogado na PLMJ

11 de janeiro

45.ª sessão

Parcerias público-privadas: em particular o reequilíbrio Financeiro nas Parcerias Público-Privadas e nas Parcerias Público-Públicas

Sérgio Gonçalves do Cabo

Mestre em Direito, Advogado

46.ª sessão

O papel do Tribunal de Contas na Fiscalização dos Contratos Públicos

Alexandra Pessanha

Mestre em Direito, Assistente convidada da Faculdade de Direito de Lisboa

13 de janeiro

47.ª sessão

A prevenção da corrupção na contratação pública

José Tavares*

Juiz-Conselheiro do Tribunal de Contas

48.ª sessão

A regulação na contratação e as orientações técnicas do IMPIC

Fernando Batista

Presidente do IMPIC



Ficam ressalvadas eventuais alterações ao programa

***a aguardar confirmação**

Informações:

O Curso realiza-se no período de 12 de Outubro de 2021 a 13 Janeiro de 2022, às 3.^{as} e 5.^{as} feiras, das 18h00 às 19h30 (1.^a sessão) e das 19h45 às 21h00 (2.^a sessão).

Local: Devido à situação de saúde pública vigente, o curso irá decorrer na plataforma de conferências ZOOM, podendo algumas das sessões vir a ter lugar em formato presencial caso as circunstâncias o permitam, sem prejuízo de se garantir que decorram em simultâneo na plataforma ZOOM.

Propina: 1.500,00€ (Integral ou pagos em 3 prestações, sendo a primeira paga no ato de inscrição).

- **Redução de 10%** no valor total do curso para quem efetuar o pagamento integral no ato da inscrição.
- **Redução de 10%** para ex-alunos do ICJP, do IE, e do IDEFF.
- **Redução de 10%** para inscrições de grupo (instituições que inscrevam 3 pessoas ou mais).

Nota: os descontos não são cumulativos

Prazo de inscrições: até ao dia 30 de setembro de 2021

Avaliação: Apresentação de um trabalho escrito final sobre um tema ou subtema do Curso, de acordo com as regras definidas no Regulamento do curso (*vide* Regulamento).

Informações: Instituto Europeu, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, IDEFF.

Inscrições:

Dra. Joana Silva

Telefone: 217 933 250

E-mail: institutoeuropeu@fd.ulisboa.pt



INSTITUTO DE CIÊNCIAS
JURÍDICO-POLÍTICAS

www.icjp.pt

www.facebook.com/icjp.pt



CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
DE DIREITO PÚBLICO

www.icjp.pt/cidp



www.institutoeuropeu.eu



INSTITUTO
DE DIREITO
ECONÓMICO
FINANCEIRO
E FISCAL FDL

www.ideff.pt

www.facebook.com/ideff.fdul

www.facebook.com/institutoeuropeu.fdul

www.institutoeuropeu.eu

Pedidos de informação

Contactos:

Dra. Joana Silva

Telefone: 217 933 250

E-mail: institutoeuropeu@fd.ulisboa.pt

www.facebook.com/institutoeuropeu.fdul

www.institutoeuropeu.eu

Dra. Telma Oliveira

Telefone: 217 820 265 – Tml.: 933 469 330

E-mail: icjp@fd.ulisboa.pt

www.facebook.com/icjp.pt

www.icjp.pt

Com o apoio do Programa Erasmus+ - Jean Monnet



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union